

EDP Ventures Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

EDP VENTURES S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)



	Nota	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	444	64
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	4	56	5
Outros tributos compensáveis	4	29	60
Outros créditos		1	
Total do Ativo Circulante		530	129
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	7		15.514
Empréstimos a receber	8	11.699	14.218
Cauções e depósitos vinculados		668	
		12.367	29.732
Investimentos	9	30.180	
		30.180	-
Total do Ativo Não circulante		42.547	29.732
TOTAL DO ATIVO		43.077	29.861
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	10	79	65
Outros tributos a recolher	4	73	47
Obrigações Sociais e Trabalhistas	11	289	508
Outras contas a pagar		1	35
Total do Passivo Circulante		442	655
Não circulante			
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	5	4.987	
Adiantamento para futuro aumento de capital	6		6.250
Outras contas a pagar		23	97
Total do Passivo Não circulante		5.010	6.347
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12	59.256	52.156
Prejuízos acumulados		(21.631)	(29.297)
Total do Patrimônio líquido		37.625	22.859
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		43.077	29.861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP VENTURES S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas e Receitas administrativas			
Despesas gerais e administrativas	13	(2.844)	(3.181)
Ganho na alienação de investimento			(13.078)
Outras despesas	13	(18)	(2.077)
		<u>(2.862)</u>	<u>(18.336)</u>
Resultado das participações societárias			
			<u>(5.336)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e tributos			
		<u>(2.862)</u>	<u>(23.672)</u>
Resultado financeiro			
	14		
Receitas financeiras		15.520	1.088
Despesas financeiras		(5)	(236)
		<u>15.515</u>	<u>852</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro			
		<u>12.653</u>	<u>(22.820)</u>
Tributos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(4.987)	
		<u>(4.987)</u>	<u>-</u>
Resultado líquido do exercício			
		<u>7.666</u>	<u>(22.820)</u>
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		1,17920	(3,51023)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP VENTURES S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Resultado líquido do exercício	7.666	(22.820)
Resultado abrangente do exercício	<u><u>7.666</u></u>	<u><u>(22.820)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP VENTURES S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)



	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	40.656	(6.477)	34.179
Aumento de capital - AGOE de 28/04/2023	11.500		11.500
Prejuízo do exercício		(22.820)	(22.820)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	52.156	(29.297)	22.859
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	52.156	(29.297)	22.859
Aumento de capital - AGOE de 28/04/2024	7.100		7.100
Lucro líquido do exercício		7.666	7.666
Saldos em 31 de dezembro de 2024	59.256	(21.631)	37.625

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP VENTURES S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		12.653	(22.820)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos		3.189	15.155
Juros e atualizações monetárias dos Empréstimos a receber		(670)	(607)
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		19	
Resultado de participações societárias			5.336
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(6)	(2)
		<u>15.185</u>	<u>(2.938)</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Outros tributos compensáveis		(29)	(60)
Cauções e depósitos vinculados		(668)	
Outros ativos operacionais		(14.667)	
		<u>(15.364)</u>	<u>(60)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		14	(14)
Outros tributos a recolher		41	20
Obrigações Sociais e Trabalhistas		(219)	
Provisões		(19)	
Outros passivos operacionais		(108)	17
		<u>(291)</u>	<u>23</u>
Caixa aplicado nas atividades operacionais			
		<u>(470)</u>	<u>(2.975)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais			
		<u>(470)</u>	<u>(2.975)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários			(7.413)
Empréstimos a receber			(6.600)
Caixa líquido (aplicado nas) provenientes das atividades de investimento			
		<u>-</u>	<u>(14.013)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital			11.350
Aumento de capital social		850	5.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento			
	18.1	<u>850</u>	<u>16.350</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>380</u>	<u>(638)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		444	64
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		64	702
		<u>380</u>	<u>(638)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP VENTURES S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>2024</u>	<u>2023</u>
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(578)	(15.456)
Custo com construção da infraestrutura	(519)	(244)
Outros custos operacionais	(59)	(15.212)
Valor adicionado líquido produzido	<u>(578)</u>	<u>(15.456)</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	15.556	1.142
Resultado da equivalência patrimonial		(5.336)
Valor adicionado total a distribuir	<u>14.978</u>	<u>(19.650)</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	1.936	2.285
Benefícios	85	161
FGTS	103	191
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	5.176	297
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	5	236
Aluguéis	7	
	<u>7.312</u>	<u>3.170</u>
Lucro retido/ Prejuízo do exercício	<u>7.666</u>	<u>(22.820)</u>
	<u>14.978</u>	<u>(19.650)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A EDP Ventures S.A. (Companhia ou EDP Ventures) foi constituída em 14 de junho de 2018, com sua sede localizada no município de São Paulo no Estado de São Paulo. A Companhia está constituída sob forma de sociedade por ações de capital fechado e é controlada integral da VC Expansão (Controladora ou VC Expansão).

A Companhia tem como objeto social: (i) participar em outras sociedades, como sócia, acionista, quotista ou consorciada, (ii) participar em negócios e empreendimentos de empresas consideradas "startups" dos mais diversos segmentos, os quais tenham como princípio a inovação, no Brasil e/ou no exterior, (iii) gerir ativos de empresas, (iv) assinar convênios e parcerias com empresas em geral para o auxílio e/ou investimento no desenvolvimento de questões ligadas a inovação, (v) executar programas e projetos de estímulo ao desenvolvimento de atividades de inovação e (vi) a prática de atos de comércio em geral, relacionados às atividades correlacionadas.

1.1 Mudança de controle acionário

Em 30 de dezembro de 2024 a EDP - Energias do Brasil S.A. (antiga controladora da Companhia) assinou um contrato de compra e venda de ações junto à VC Expansão, uma subsidiária da EDP Portugal para alienar a totalidade das ações detidas por ela, correspondente a 100% do Capital social da Companhia.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 17 de abril de 2025.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 17.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve indicação, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

A Companhia monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

2.7.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não circulante; Passivos Não circulantes com <i>Covenants</i> e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (<i>sale and leaseback</i>).	IAS 1/ IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32 e CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronunciamento	01/01/2024
ICPC 19 - Tributos	Esta interpretação se refere a quando reconhecer uma obrigação de pagar tributo que é contabilizada conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	IFRIC 21	Interpretação	01/01/2024
ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (<i>funding</i>) Mínimo e sua Interação	Esta Interpretação se aplica a todos os benefícios definidos pós-emprego e outros benefícios definidos de longo prazo aos empregados. Para a finalidade desta Interpretação, os requisitos de custeio (<i>funding</i>) mínimo são quaisquer requisitos para custeio (<i>funding</i>) de plano de benefício definido pós-emprego ou outro de longo prazo.	IFRIC 14	Interpretação	01/01/2024
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	Estão sendo propostos ajustes pontuais do texto, para melhor esclarecimento dos requisitos para a elaboração e divulgação da DVA, bem como uma nova seção, incluída ao final do Pronunciamento, para apresentar as suas origens e razões conceituais. Além disso, foi atualizado o elenco de contas no modelo de DVA aplicável às companhias seguradoras, em função da vigência do Pronunciamento Técnico CPC 50 – Contratos de Seguro.	Não há	Pronunciamento	01/03/2024
Revisão 26: CPC 32 e CPC 48	Este documento estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro e CPC 48 - Instrumentos Financeiros em função de ajustes redacionais nos textos para maior aderência com as normas contábeis internacionais.	IAS 12 / IFRS 9	Pronunciamento	01/07/2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

2.7.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 27: CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Este documento estabelece alterações no Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	IAS 21 / IFRS 1	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronunciamento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpretação	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	Orientação	01/01/2025
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O objetivo da norma é melhorar a forma como a informação é comunicada nas demonstrações financeiras de uma entidade, particularmente nas demonstrações de resultados e respectivas notas explicativas. A principal alteração apresentada pela IFRS 18 é a reestruturação das demonstrações de resultados das entidades. Com vistas a aumentar a comparabilidade entre entidades, esta norma introduz dois novos subtópicos: Lucro operacional e Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social.	IAS 1	Norma	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	444	64
Total	444	64

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

4 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização monetária	Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Ativos compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social a compensar	5		6		(15)	60	56
Total Circulante	5	-	6	-	(15)	60	56
Outros tributos compensáveis							
IRRF sobre aplicações financeiras	60	29				(60)	29
Total Circulante	60	29				(60)	29
Passivos a recolher							
Outros tributos a recolher							
PIS e COFINS	3	36		(20)	(15)		4
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	2	15		(12)			5
Encargos com pessoal	42	652		(630)			64
Total Circulante	47	703		(662)	(15)		73

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

5 Tributos diferidos

	Nota	Passivo	
		Não circulante	
		31/12/2024	
Imposto de renda e contribuição social	5,1	4.987	
Total		4.987	

5.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

6 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A movimentação do AFAC no exercício é a seguinte:

Passivo	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.250
AFACs - Energias do Brasil	850
Aumento de Capital social	(7.100)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-

Os AFACs não possuem qualquer tipo de remuneração, tendo a Companhia assumido o compromisso de utilizar tais valores exclusivamente na integralização de seu Capital social a ser aprovado na próxima Assembleia de aprovação do resultado anual.

7 Títulos e valores mobiliários - TVM

O saldo em 31 de dezembro de 2024 é zero (R\$15.514 em 31 de dezembro de 2023), devido à transferência do montante para a rubrica de Investimento (nota 9). Este valor refere-se a investimentos em startups que oferecem soluções para o mercado de energia, com potencial de agregar valor ao grupo nas seguintes verticais de investimento: energia renovável, redes inteligentes, armazenamento de energia, inovação digital (blockchain, IoT, big data, realidade virtual), mobilidade elétrica, descarbonização e hidrogênio verde. Esses investimentos foram contabilmente classificados como instrumentos patrimoniais, mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme o CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Isso se deve ao modelo de negócios da Companhia, uma holding de investimentos que busca oportunidades de ganhos patrimoniais e potenciais sinergias tecnológicas com as empresas da controladora, mas não o controle, maturidade do investimento e obtenção de dividendos no curto prazo.

8 Empréstimos a receber

O saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$11.699 (R\$14.218 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a contratos de mútuo conversíveis em ações/quotas e um contrato SAFE (*Simple Agreement For Future Equity*). Todos os contratos são classificados contabilmente como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros, uma vez que, apesar dos juros e demais atualizações contratuais de ambos os instrumentos, na essência, os mesmos foram obtidos pela Companhia com o objetivo de ganho patrimonial futuro, e não apenas de principal adicionado aos juros.

• Mútuo conversível em ações

Time Energy Indústria e Comércio Ltda.

R\$4.492(R\$4.395 em 31 de dezembro de 2023) com vigência inicial de setembro de 2020 a março de 2024, no valor principal de R\$2.000, atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios de 4%a.a., e forma de pagamento do principal e juros em parcela única ao final do contrato.

Voltbras Eletropostos Agenciamento Ltda.

R\$1.600 (R\$1.600 em 31 de dezembro de 2023) com vigência inicial de dezembro de 2019 a dezembro de 2027 no valor principal de R\$1.822, atualizado somente pelo IPCA, não havendo juros remuneratórios, e forma de pagamento do principal e juros em parcela única ao final do contrato.

Colab Tecnologia e Serviços de Internet S.A.

R\$5.607 (R\$5.125 em 31 de dezembro de 2023) com vigência inicial de junho de 2020 a indeterminado, no valor principal de R\$500, com juros remuneratórios de 4%a.a., e forma de pagamento do principal e juros em parcela única ao final do contrato.

• SAFE

Clarke Software Development

Em 25 de abril de 2024 a Companhia vendeu a participação na Clarke Software pelo de valor R\$3.192 (R\$3.098 em 31 de dezembro de 2023).

9 Investimentos

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital

• Combinação de negócios

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica. No momento da aquisição a Companhia adquirente deverá reconhecer e mensurar os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores à valor justo, que resultará no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do exercício. Os custos gerados pela aquisição dos ativos deverão ser alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

9.1 Movimentação dos Investimentos

Investimento	Controladora			% Participação Indireta	
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Marcação a Mercado	Saldo em 31/12/2024	31/12/2024
	Dom Rock Serviços em Tecnologia	-	1.000	(1.000)	-
Fractal Engenharia e Sistemas	-	1.500	692	2.192	10,00
77 Sol Tecnologia	-	4.375	-	4.375	7,81
Colab Tecnologia e Serviços de Internet	-	541	288	829	2,08
Voltbras Eletropostos Agenciamento	-	2.026	5.475	7.501	13,40
Delfos Energy Sociedad	-	6.072	9.211	15.283	11,91
Total	-	15.514	14.666	30.180	

10 Fornecedores

O saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$79 (R\$65 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a valores a pagar relativos a compras de materiais e serviços.

11 Obrigações Sociais e Trabalhistas

O saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$289 (R\$508 em 31 de dezembro de 2023) refere-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



12 Capital social

12.1 O Capital social em 31 de dezembro de 2024, totalmente subscrito é de R\$59.256 (R\$52.156 em 31 de dezembro de 2023), composto de 6.501.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e integralmente detidas pela Controladora.

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE, realizada em 28 de abril de 2024, o aumento do Capital social da Companhia no valor de R\$7.100, sem emissão de novas ações ordinárias nominativas de titularidade da EDP - Energias do Brasil.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

13 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contempla os gastos diretamente vinculados a prestação de serviços e venda de mercadorias; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, provisões judiciais e demais gastos.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	2024			2023			
	Despesas Operacionais			Despesas Operacionais			
	Nota	Gerais e administrativas	Outras	Total	Gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal e Administradores		2.277		2.277	2.880		2.880
Serviços de terceiros		519		519	244		244
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			18	18			-
Arrendamentos e aluguéis		7		7			-
Outras	13.1	41		41	57	2.077	2.134
Total		2.844	18	2.862	3.181	2.077	5.258

13.1 Outras

Refere-se à baixa do mútuo com a Blue Sol devido a alienação em 2023.

14 Resultado financeiro

	Nota	2024	2023
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções	3	82	238
Contratos de mútuo		48	174
Juros e multa sobre tributos	4	6	2
Outros juros e variações monetárias		90	
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(36)	(54)
Outras receitas financeiras		15.330	728
		<u>15.520</u>	<u>1.088</u>
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos			(222)
Outras despesas financeiras		(5)	(14)
		<u>(5)</u>	<u>(236)</u>
Total		<u>15.515</u>	<u>852</u>

15 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	2024	2023
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	12.653	(22.820)
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(4.302)	7.759
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Outras	(78)	(845)
Outros		
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(607)	(6.914)
Despesa de IRPJ e CSLL	(4.987)	-
Alíquota efetiva	39%	0%

16 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2024	2023
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	7.666	(22.820)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	6.501	6.501
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	<u>1,17920</u>	<u>(3,51023)</u>

17 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

17.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

17.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Nível	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Empréstimos a receber	8	Nível 2	11.699	14.218	11.699	14.218
Títulos e valores mobiliários	7	Nível 2		15.514		15.514
			11.699	29.732	11.699	29.732
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Bancos conta movimento		Nível 2	444	64	444	64
			444	64	444	64
Total			12.143	29.796	12.143	29.796
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	10	Nível 2	79	65	79	65
Total			79	65	79	65

17.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

17.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

17.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



17.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo, quando aplicável, regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

17.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota normativos de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, que define a taxonomia de riscos ("Taxonomia") e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e no Procedimento de Riscos Corporativos. A Política foi atualizada em 2021, enquanto a Norma e Procedimento foram atualizados em 2023, aprovados pelos devidos órgãos competentes e possuem revisão e atualização periódica pré-definida em normativo específico. Importante destacar que o processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Norma ABNT NBR ISO 31.000:2018 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Riscos e Eficiência.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela Diretoria de Riscos e Eficiência e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A Diretoria de Riscos e Eficiência realiza o gerenciamento integrado dos riscos e oportunidades aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de Governança, Riscos e Compliance ("GRC"), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria Executiva, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Riscos e Eficiência, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz Corporativa de Riscos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro pilares: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

17.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

17.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3). A Companhia em 31 de dezembro de 2024 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e, quando aplicável, Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro 2024, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2024		31/12/2023
	Até 1 mês	Total	Total
Passivos Financeiros			
Fornecedores	79	79	65
	79	79	65

17.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

18 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

18.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

2024				
Nota	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa	Efeito não caixa	
			Adições/baixas	Saldo em 31/12/2024
Aumento (diminuição) de passivos financiamento				
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	6	6.250	(6.250)	-
Capital social	12.1	52.156	850	59.256
		<u>58.406</u>	<u>850</u>	<u>59.256</u>
2023				
Nota	Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa	Efeito não caixa	
			Adições/baixas	Saldo em 31/12/2023
Aumento (diminuição) de passivos financiamento				
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		1.400	11.350	6.250
Capital social		40.656	5.000	52.156
		<u>42.056</u>	<u>16.350</u>	<u>58.406</u>

18.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento envolveram movimentação de caixa e, portanto, estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

No exercício de 2024, houve o valor de R\$7.100 (R\$6.500 em 31 de dezembro de 2023) relacionado Aumento de capital com integralização de AFAC.

19 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2024			31/12/2023
	2025	2026 e 2027	Total geral	Total geral
Obrigações de compra				
Materiais e serviços	668	587	1.255	970
	<u>668</u>	<u>587</u>	<u>1.255</u>	<u>970</u>

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2024, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2024			31/12/2023
	2025	2026 e 2027	Total geral	Total geral
Obrigações de compra				
Materiais e serviços	638	685	1.323	1.001
	<u>638</u>	<u>685</u>	<u>1.323</u>	<u>1.001</u>

20 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovada pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Responsabilidade civil		50.000		50.000
Seguro de vida	581	(*)	1.875	(*)

(*) Na Companhia, o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

O saldo apresentado como Responsabilidade civil na Companhia, possui detalhamento conforme descrito abaixo:

- (i) Responsabilidade civil para erros e omissões profissionais, com cobertura de até R\$6.000; e
- (ii) Responsabilidade civil - Engenharia para os projetos em andamento, com cobertura totalizando R\$21.500.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Filipe de Castro Henriques
Presidente

Antônio José da Silva Coutinho
Vice-Presidente

Frederico Miguel Simões Tomé de Bilelo Gonçalves
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luís Filipe de Castro Henriques
Diretor-Presidente

Tiago Antônio Romano Gonçalves
Diretor

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor - Accounting SA

Alfredo Antonio Tessari Neto
Contador - CRC 1SP176534/O-5